

Critérios de avaliação

BRASÍLIA – A ministra da Administração e Reforma do Estado, Cláudia Costin, enviou na segunda-feira ao Palácio do Planalto o projeto de lei que regulamenta a reforma administrativa. “O projeto contém critérios para avaliação de desempenho dos servidores, critérios para demissão por excesso de despesas, regulamenta o direito de greve e traz a política de remuneração do funcionalismo”, disse a ministra.

Cláudia Costin informou que o governo está negociando a tramitação de um projeto do senador Romero Jucá (PFL-RR) que torna flexível o cumprimento pelos estados da Lei Camata. A lei prevê que em janeiro de 1999 os estados e municípios já teriam que estar com as contas ajustadas de modo que a folha de pessoal só comprometa 60% de sua receita líquida. Do contrário, o governo federal poderia reduzir os repasses para estas unidades da federação.

De acordo com um boletim de julho do Ministério da Administração, apenas 10 dos 27 estados estavam dentro do novo limite no fim de 1997. A média do comprometimento dos estados com pessoal estava em 62,6%, sendo que Alagoas tem 92,6% de sua receita destinada ao pagamento de salários e aposenta-

dorias. Em 1995, a média era de 70,2% e em 1996, de 67,8%.

Com a regulamentação da reforma administrativa, o governo espera que os estados e municípios reduzam suas despesas com pessoal no ano que vem. O governo federal compromete apenas 38,73% de sua receita líquida com a folha de pagamento. Com as medidas de restrição às novas contratações adotadas ontem, esta relação deve diminuir ainda mais. Pela proposta inicial, antes de demitir, prefeitos e governadores terão que levar em conta a idade, o número de dependentes, o tempo de serviço e a formação profissional do servidor.

A idéia é direcionar as demissões para servidores mais jovens e com menores problemas financeiros que, mesmo diante das dificuldades do mercado de trabalho, teriam mais chances de conseguir novos empregos. No governo federal, só deverão ocorrer demissões por insuficiência de desempenho. Mas, os próprios técnicos avaliam que esta será uma medida de baixo impacto financeiro. O entendimento no governo é de que o fim da estabilidade terá apenas o efeito de estimular o rendimento profissional dos servidores temerosos de serem demitidos.